



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 111/19, Processo nº 229.902, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 111/19

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios do município de Campinas aceitarem que o pagamento de taxas seja realizado através de cartões de débito.

Art. 1º Torna-se obrigatório a todos os cartórios no âmbito do município de Campinas aceitar o pagamento de taxas através de cartões de débito.

Parágrafo único. Fica a critério dos cartórios referidos no **caput** a aceitação do pagamento de taxas através de cartões de crédito.

Art. 2º Os cartórios terão noventa dias para adaptar-se aos dispositivos desta Lei, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 15 de maio de 2019.

Carmo Luiz
Vereador
Líder do PSC

Luiz Rossini
Vereador
Líder de Governo



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente propositura, pois é lei sancionada em vários estados e em várias cidades brasileiras.

Nos dias de hoje o cartão de débito, é um dos meios mais habituais de pagamento, por se tratar de uma forma segura tanto para quem paga como para quem recebe. Representa uma ordem de pagamento à vista que recai sobre os fundos disponíveis, imediatamente na conta do cliente, nada mais é do que um meio eletrônico, rápido e seguro para efetuar qualquer tipo de pagamento. O cartão de débito é uma opção interessante para os Cartórios, bem como para os consumidores, facilitando a forma de pagamento, desobrigando a andar com dinheiro espécie, principalmente em nosso Estado, que infelizmente, a violência está presente em nosso cotidiano.

As taxas de desconto são bem mais baixas no débito do que no crédito. Outro ponto positivo é o prazo para receber o valor, que é de dois dias após a realização da venda, não trazendo prejuízos de ordem financeira aos Cartórios. O volume de compras pagas com cartão de débito vem aumentando significativamente no comércio varejista além da segurança pessoal do comerciante e do cliente.

Assim, peço apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste importante projeto de lei.

Campinas, 03 de maio de 2019.


CARMO LUIZ
Vereador
Líder do PSC


LUIZ ROSSINI
Vereador
Líder de Governo